

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.738 - PR (2019/0200002-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : JESUS THEODORO DA SILVA  
**AGRAVANTE** : JOAQUIM RANGEL BARBOSA  
**AGRAVANTE** : JOSÉ DE SOUSA E SILVA  
**AGRAVANTE** : JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : JOVENIL RIBEIRO  
**AGRAVANTE** : JUCELINA SOUZA DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : LUIZ ROCHA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : JOÃO ALVES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728  
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788  
**AGRAVADO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : JOAO CORREA SOBANIA - PR011173  
CLAUDIA LORENA CARRARO - PR016137  
DAMIAO ALVES DE AZEVEDO - DF022069  
MARCELO NICOLAU NADER - PR029867  
**AGRAVADO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO FADEL - PR013474  
LUIZ ASSI - PR036159  
GABRIEL LOPES MOREIRA - PR043869A  
REINALDO MIRICO ARONIS - PR035137A  
**INTERES.** : UNIÃO

## EMENTA

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE DETERMINA O RETORNO DOS AUTOS. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 827.996/PR (TEMA 1.011). DESPACHO QUE DETERMINA A BAIXA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM, PARA AGUARDAR JULGAMENTO DA MATÉRIA, PELO STF. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. INADEQUAÇÃO DA VIA RECURSAL ELEITA. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.**

1. "Não cabe, em princípio, recurso contra a decisão que se limita a determinar o sobrestamento dos autos [...], por tratar-se de ato despedido de conteúdo decisório e que não gera prejuízo às partes" (AgInt nos EREsp 1533927/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, DJe 27/11/2018).

2. Também, em processo análogo ao presente: "as regras previstas nos arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015 impõem a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, a fim de que o exame do recurso especial ocorra após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso extraordinário" (AgInt nos EDcl no REsp 1612117/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 17/08/2017).

3. Considerando os arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015, impõe-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, a fim de que o exame do recurso especial ocorra após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário.

4. Agravo interno não conhecido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator